

**O ESTADO COMO ELEMENTO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO-INDUSTRIAL DO ESPÍRITO SANTO, NO CONTEXTO DA
REPÚBLICA**

Ueber Jose de Oliveiraⁱ

Ednilson Silva Felipeⁱⁱ

Arlindo Villaschi Filhoⁱⁱⁱ

Resumo: Objetiva compreender o papel do Estado como o principal agente propulsor do desenvolvimento econômico, no Espírito Santo, no contexto da República, com destaque para os anos de 1960 e 1970. Defende a hipótese de que as iniciativas de desenvolvimento econômico do Espírito Santo ocorreram, no decorrer da sua história, a partir das iniciativas isoladas de determinados governantes e/ou governos, a partir a ingerência direta do Estado. Porém, a descontinuidade no desenvolvimento de tais políticas contribuiu para que a trajetória econômica do Espírito Santo se mostrasse instável e marcada por avanços e retrocessos. E tal descontinuidade, é uma das fontes para se compreender o aspecto tardio e retardatário da economia do Estado.

Palavras-chave: Estado; Desenvolvimento; História Econômica.

Abstract: This article aims to understand the role of the state as the main propeller of economic development in Espírito Santo, in the context of the Republic, especially for the years 1960 and 1970. The hypothesis that economic development initiatives of Espírito Santo took place in the course of its history, from isolated initiatives of certain rulers and / or governments from direct state interference. However, the discontinuity in the development of such policies contributed to the economic trajectory of Espírito Santo in a way that it would prove unstable and marked by advances and setbacks. And such a discontinuity, is one of the sources to understand the aspect of late and delayed economies of the state.

Keywords: State; Development; Economic History.

Introdução

Segundo Bresser Pereira (1998), entre os anos 1930 e 1960, o Estado foi o principal fator de desenvolvimento das economias mundiais. Porém, a partir da década de 1970, o modelo de Estado interventor entrou numa grave crise, passando a ser responsabilizado pela redução das taxas de crescimento, da elevação das taxas de desemprego e do aumento dos índices de inflação. Independentemente da validade ou não dessas afirmações, houve profundas transformações do capitalismo no final do século XX, cujas principais marcas se deram “[...] em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado [...]” (HARVEY, 1994, p. 117) cuja consubstanciação se deu na internacionalização do mundo e, no caso do Brasil, na reforma ou na reconstrução do Estado apontado por Bresser Pereira (1997), “[...] como a grande tarefa da década de 1990 [...]”.

Tais reformas se deram à consolidação da hegemonia neoliberal. Os limites deste trabalho não permitem aprofundar as transformações e impactos trazidos pela adoção do modelo neoliberal nas sociedades em que foi aplicado. Para a presente análise, o importante é observar alguns aspectos da hegemonia alcançada pelo neoliberalismo enquanto ideologia que, segundo Anderson (1998, p. 23)

[...] alcançou êxitos num grau com o qual seus fundadores jamais sonharam, disseminando a idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se as suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberalismo hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes [...].

Apesar de todas as investidas com o propósito de fragilizá-lo ou de torná-lo *mínimo*, fazendo uso aqui da linguagem econômica, o Estado, especialmente em se tratando da realidade brasileira, ainda representa o principal *locus* propulsor de desenvolvimento econômico e social, constituindo, além disso, a forma mais legítima de autoridade política.

Assim, entender o papel do Estado como o principal agente propulsor do desenvolvimento econômico, no Espírito Santo, no contexto da República, especialmente entre os anos de 1960 e 1970, durante o Regime Militar, é o principal objetivo do presente trabalho. A hipótese fundamental é a de que as iniciativas de

desenvolvimento econômico do Espírito Santo ocorreram, no decorrer da sua história, a partir das iniciativas isoladas de determinados governantes e/ou governos, isto é, a partir a ingerência direta do Estado. Porém, a descontinuidade no desenvolvimento de tais políticas contribuiu para que a trajetória econômica do Espírito Santo se mostrasse instável e marcada por avanços e retrocessos. E tal descontinuidade é uma das fontes para se compreender o aspecto tardio e retardatário da economia do Estado.

Partindo dessas considerações, o artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução. A primeira trata de uma discussão a respeito do papel do estado na dinamização industrial e econômica brasileira e capixaba. Constitui essa parte o referencial de análise sobre a qual se assentam as discussões seguintes.

A segunda parte é histórica, na qual as preocupações estarão voltadas para a análise dos antecedentes às principais iniciativas de mudanças estruturais da economia capixaba.

No terceiro tópico, se discute aquilo que chamamos de ante-sala do processo de industrialização do Espírito Santo, ou seja, as iniciativas desenvolvimentistas verificadas nos governos Moniz Freire (1892/1896) e Jerônimo Monteiro (1908/1912), ainda na República Velha; e nas gestões de Jones dos Santos Neves (1943-1945/1951-1955).^{iv}

No quarto item, analisar-se-á a crise que se abateu sobre a economia cafeeicultora nacional entre os anos 1950 e 1960, a qual trouxe profundos impactos à economia capixaba, gerando aquilo que se convencionou chamar de *consenso das necessidades* (MEDEIROS, 1977), dando aos Governos biônicos de Chriatiano Dias Lopes Filho (1967/1971) e de seu sucessor, Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1974), a legitimidade necessária para alavancar o processo de desenvolvimento do Espírito Santo. E por fim, são tecidos alguns comentários em termos de considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

Sobre a atuação do estado no processo de dinamização industrial e econômica no Brasil e no Espírito Santo

As condições internas da conjuntura sócio-econômica brasileira, tais como o fim da escravidão e a descentralização das decisões pelo advento da República, somada às condições e conjunturas externas – principalmente pelo movimento cíclico da renda nos

grandes países importadores – marcaram épocas de crise da cafeicultura brasileira no final do século XIX. Para o caso dos estados economicamente mais avançados, essa desestruturação de econômica cafeeira forçou um inicial processo de industrialização e/ou de tentativas de colocação de elementos econômicos alternativos. Isso porque, nesses casos, foram os excedentes obtidos na exportação do café que permitiram o acúmulo do capital necessário para a implantação das primeiras indústrias ou para a prospecção de outras atividades dinâmicas, tais como as ferrovias ou pequenas metalurgias. Tais elementos, porém, não afastaram desses estados a situação de economias vulneráveis, dadas as características dessa agricultura e pelo fato de seus preços serem cotados internacionalmente, ficando, mesmo o país exportador sujeito às vicissitudes do mercado externo. A industrialização ou a busca de outras atividades dinâmicas seria, nesse caso, um processo de substituição e vazamento dos excedentes produzidos na atividade primário-exportadora para outras atividades capitalistas.

Há, também, um consenso que o Estado teve papel fundamental e importante nesse processo. Embora tenha o Estado tomado e desempenhados papéis distintos em diferentes épocas no que diz respeito à industrialização e dinamização das atividades econômicas, é marcante que no caso da economia brasileira, o avanço e as trajetórias tomadas pela indústria se confundam com a trajetória e a mudança institucional no Governo, no que se refere sua concepção e formas de atuação.

A presença do Governo central no impulso inicial do processo de industrialização e dinamização econômica brasileira é, entretanto, mais uma consequência do que uma ação deliberada. Em parte, isso se deu por conta do avanço da liquidez a partir de 1890, dado o crescimento descontrolado da circulação de papel moeda. A quebra do modelo padrão-ouro e a política monetária expansionista de Rui Barbosa à frente do ministério da Fazenda teria feito surgir os primeiros empreendimentos industriais no Brasil, ainda que todos de pequeno porte e alguns deles sem qualquer viabilidade econômica. O aumento interno da liquidez – com consequente modificação do câmbio e perda da rentabilidade da atividade exportadora teria impulsionado uma migração de capitais para a indústria, ainda que fossem as primeiras unidades economicamente frágeis. Tais elementos são discutidos, na literatura como consequência do “encilhamento” (FRANCO, 1990:21-26).

Por outro lado, o pensamento de autores como Celso Furtado concebe o processo embrionário da indústria brasileira como um deslocamento do centro dinâmico da economia do café para atividades industriais, dadas as crises que esta primeira vinha passando. A desvalorização da moeda interna, promovida pelo governo com o intuito de preservar a renda, em moeda nacional, dos produtores de café, dada sua queda em termos de moeda estrangeira, teria provocado um encarecimento dos produtos importados, criando, assim alguma potencialidade ao mercado e indústria interna (FURTADO, 1987). Por conta disso, teria surgido no Brasil a pequena indústria substituidora de importações, ainda que por consequência de ações do governo.

Outra ação do governo que teria consequências sobre o processo inicial de industrialização teria sido o estabelecimento de tarifas à importação de mercadorias estrangeiras. Mas não existe um pensamento único a respeito da consequência sobre a indústria do estabelecimento dessas tarifas. Furtado (1987) acredita que a formação ou retardo da industrialização no Brasil não pode ser atribuídos ao estabelecimento de tarifas sobre os produtos importados. Em outra visão, uma tarifa baixa de importação teria sido impeditiva à indústria brasileira e enquanto perdurou foi impeditiva à dinamização econômica brasileira. A elevação dessas teria impulsionado a economia brasileira e incentivado o seu dinamismo.

Mas foi a partir das primeiras décadas do século XX que, no caso brasileiro, a interferência do Estado no processo desenvolvimentista ganhou novos contornos. Pode-se dizer que o Estado passou a ser o principal elemento que cria e recria as condições políticas, organizacionais e econômicas voltadas para a produção e reprodução do processo capitalista de acumulação. A partir daí é mais clara a atuação do Estado como organizador dos interesses de frações divergentes dos diferentes setores, estabelecendo mecanismos de seleção de interesses e de criação de condições favoráveis ao crescimento daqueles selecionados. Esse é o traço marcante que vai dominar a atuação econômica do Estado nos entre-guerras e na operacionalização dos I e II Plano Nacional de Desenvolvimento.

O estudo da formação econômica do Espírito Santo permite identificar um atraso em relação aos acontecimentos nacionais e aos grandes centros dinâmicos. Por outro lado, permite identificar algumas particularidades desse Estado dados, principalmente, a formação incipiente do mercado interno, as dificuldades de mão-de-obra e capital, os

apertos financeiros que passava o governo estadual, principalmente pela alta volatilidade dos preços internacionais do café, já que dessa atividade dependia a manutenção da renda do governo e da economia estadual. Nesse sentido há uma premente necessidade de colocação do Estado como elemento impulsionador das atividades econômicas, apesar de sua capacidade de fazê-lo fosse claramente reduzida.

Antecedentes históricos ao processo de desenvolvimento econômico-industrial do Espírito Santo

Apesar de estar situado na região com maior prosperidade econômica e ao lado dos três principais estados do país, o Espírito Santo ainda não ocupa uma posição tão privilegiada. Sua participação no PIB nacional representa apenas 1,95%, se posicionando em 13º lugar no ranking nacional, enquanto os seus vizinhos de região, SP, RJ e MG ocupam o 1º, 2º e 3º lugares, respectivamente.

Por isso, se tornou consensual a opinião segundo a qual o Espírito Santo, por suas próprias características socioeconômicas, não acompanhou o dinamismo da Região Sudeste, mantendo suas tendências de industrialização tardia e retardatária (SIQUEIRA, 2001). Do mesmo modo, em decorrência de sua inexpressiva força política entre as demais unidades da Região Sudeste, o Espírito Santo sempre passou, na opinião de muitos, despercebido no grande mapa do Brasil, além de ser alijado das decisões da política e economia nacional. Essa situação levou o Estado, nas palavras da Historiadora Maria da Penha Smarzaró Siqueira (2001), a uma posição indefinida e desfavorável, entre a prosperidade sulista e a pobreza nordestina, e como tal, não participava da capitalização do sul nem tampouco das reivindicações do nordeste.

Para a compreensão dessa realidade e de suas complexidades, é fundamental recuar no tempo e indagar sobre as circunstâncias que a precederam, isto é, aspectos da formação econômica, política e social do estado, uma vez que é nela, de modo especial no século XIX, que se encontram os pressupostos elementares que servirão para o melhor entendimento da atual dinâmica econômica, industrial e política do Estado.

Alguns relatos de viajantes traçam um quadro sombrio acerca do Espírito Santo no século XIX. Segundo o francês August de Saint Hilaire, que por aqui passou nesse período, a capitania era “[...] isolada, pobre e nada, por assim dizer, nela atraí[a] os estrangeiros [...]”. Acerca da população, o tom da exposição de Saint Hilaire também não era nada lisonjeiro:

[...] é fácil observar que a população da Província do Espírito Santo é fraca por que tais operações [carga e descarga de navio] são extremamente morosas [...] As águas que bebem [...] os colonos podem concorrer para a magreza, a palidez, ar lânguido que se observam na sua maioria, privando-o da energia necessária à nossa espécie [...] (SAINT HILAIRE, Apud SALETTO, 1996, p. 26).

Mesmo atento ao fato de que o discurso do viajante pode estar entorpecido do etnocentrismo típico daquele século, o que faz transparecer certa dose de exagero, não se pode invalidar totalmente suas considerações. Isso porque o Espírito Santo no século XIX, de fato, não havia avançado muito no que tange ao processo colonizador. Isso ocorreu, em parte, por ocasião do impedimento em estabelecer contato com a região mineira no século XVIII, uma vez que a Coroa Portuguesa, tentando impedir o contrabando do ouro, impôs uma legislação que proibia a construção de estradas no interior de seu território. A colonização se tornava ainda mais complicada diante de o estado ainda possuir, no século XIX, uma população indígena (vista, segundo à mentalidade da época, como um mero estorvo, que deveria ser neutralizado) que, desde o período colonial, resistia tenazmente a tal processo.

Assim, a população capixaba era pequena, composta por aproximadamente 35 mil habitantes segundo o censo de 1824, dos quais cerca de 38% eram escravos, chegando à época da independência tendo sido colonizada apenas uma estreita e descontínua faixa litorânea (SALETTO, 1996).

TABELA I - População do Espírito Santo

ANO	Nº de Habitantes	Hab. Por Km
1824	35.352	0,70
1856	49.092	0,98
1872	82.137	1,92
1890	135.997	3,17
1900	209.783	4,90
1920	497.328	10,67
1940	750.107	17,51

Fonte: Accioli Vasconcelos, Memórias Estatísticas; Censo Provincial de 1856, Recenseamentos nacionais.

Economicamente, o Espírito Santo esteve baseado até meados no século XIX na cultura da cana de açúcar, atividade que vivia em um quadro de estagnação permanente, devido aos baixos preços do produto no mercado internacional desde o século XVII e

havia, também, uma pequena produção de farinha de mandioca, ambos comercializados com o Rio de Janeiro e Bahia.

O marasmo histórico da economia capixaba só foi rompido com a introdução e a expansão da cultura do café. Iniciada em 1810, essa produção se tornou, dentro de poucos anos, a base da economia do Espírito Santo atraindo para si todas as forças da província. Ele aparece na pauta de exportação de 1826 e 1827 na pequena quantidade de 150 arrobas e que, segundo Saletto (1996), era plantado nas imediações de Vitória. Mas não demorou muito para que a produção ganhasse proporções comerciais, o que veio a ocorrer por volta de 1840, a partir da sua expansão pelo litoral próximo à capital, procurando morros e encostas.

A partir da produção cafeeira centrada em Vitória, importantes áreas foram desbravadas para o cultivo do produto. Uma das principais a serem colonizadas foi a região serrana, que seguiu as vicissitudes da política migratória imperial levada a cabo a partir de meados do século XIX. Assim, a população afixada na região serrana, em especial italiana e alemã, passou a cultivar o café nesta porção territorial do estado, com base na pequena propriedade de base familiar.

No sul, a produção cafeeira seguiu a dinâmica de produção da província do Rio de Janeiro e Minas Gerais penetrando nos vales dos rios Itabapoana e Itapemirim. Pela proximidade com a capital do Império (Rio de Janeiro), essa região foi povoada por fluminenses e também por mineiros, que foram ocupando terras antes dominadas por indígenas. Assim, a ocupação da região sul no século XIX difundiu a grande propriedade nos moldes escravistas, presentes naquelas províncias (CAMPOS JR., 2002, SALLETO, 1996).

Na região norte também se observa um cultivo de café, realizado nas imediações de São Mateus, que começou a concorrer com a mandioca, até então a principal produção das suas fazendas. Devido à ligação desta região com a capitania de Porto Seguro até o século XIX, boa parte de suas riquezas era dirigida à região baiana (RIBEIRO, 2008). Posteriormente, após 1940 e, de modo especial, na década de 1950, a região norte ampliou significativamente suas fronteiras agrícolas do café ao longo do Vale do Rio Doce, quando passou a concentrar a maior parte da produção do estado, desbancando a região sul, detentora da hegemonia até então (ALMADA, 1993).

Das três regiões apontadas acima, aquela que por mais tempo se manteve como a mais próspera foi o Sul, centralizada em Cachoeiro de Itapemirim. Num certo sentido, a economia dessa região foi um prolongamento da economia cafeeira da região fluminense, cujo sistema financeiro e comercial esteve inteiramente ligado. Deste modo, grande parte do café produzido na região não era escoado pelo porto natural de Vitória, mas sim, pelo Rio de Janeiro. Muito pouco se dirigia a capital capixaba, dificultando ainda mais o incremento interno das receitas do Estado. Vitória, neste momento, era uma cidade nitidamente burocrática, seu comércio pouco, ou em quase nada, incrementava as receitas estaduais. Sem as mínimas condições de salubridade e de higiene, não raras eram as epidemias e as doenças tropicais diversas, como, por exemplo, a febre amarela. Sem muitas ruas calçadas, não era difícil ver a gente miúda cheia de bichos-do-pé (RIBEIRO, 2008).

Assim, apesar da importância para a economia capixaba, a expansão cafeeira foi muito mais lenta do que no Oeste paulista, que se deu no mesmo período. Isso devido ao encarecimento da mão de obra, em vista da abolição da escravatura, à falta de créditos para o aumento de lavouras e à ausência de infraestrutura. Como bem salienta Saletto (1996, p. 113), “[...] a província não tinha estradas nem portos aparelhados, não possuía um sistema comercial e financeiro desenvolvido, não dispunha de capital local suficiente, nem podia competir com São Paulo na atração de capitais externos [...]”

Possibilidades construídas: a ante-sala do processo de industrialização

Os galhos dos cafezais do Espírito Santo já
são insuficientes para suportar o peso de nossa economia.
Jones dos Santos Neves

Conforme visto no tópico anterior, o Espírito Santo entrou no século XX com uma economia, embora se tenha avançando, muito incipiente se comparada aos seus vizinhos, que representam os grandes centros econômicos do país.

Essa situação fez despertar, em certos setores da elite política capixaba, um anseio por mudanças da ordem estabelecida. Embora no decorrer da história do Estado tenham sido poucas as iniciativas no sentido de mudar a realidade na direção de um salto econômico qualitativo, não se pode deixar de dar o devido destaque a alguns importantes momentos, sem a pretensão de exauri-los: o primeiro foi o governo Moniz

Freire (1892/1896), que ascendeu ao poder no Espírito Santo em um momento marcado pela hegemonia das oligarquias mercantis-exportadoras, reunidas no Partido Republicano Construtor (PRC), sigla fundada logo após a Proclamação da República por Afonso Cláudio, Constante Gomes Sodré, bem como pelo próprio Moniz Freire^v (SUETH & FRANCO, 2005). Ele foi um dos primeiros a perceber a necessidade de desenvolver economicamente o Estado.

Seu grande objetivo era construir um grande centro populoso como principal passo para o desenvolvimento do Estado, sendo que isso ocorreria por meio do aumento da atividade comercial o que, segundo Sueth & Franco (2005), se dava em várias importantes cidades, tais como Paris, Nova York, Londres, entre outras. Essa iniciativa visava, acima de tudo, centralizar a arrecadação e exportações pelo Porto de Vitória, para evitar que parte considerável da renda estadual continuasse a ser apropriada pelo Rio de Janeiro. Tal como salienta Campos Junior (1996, p. 149), “[...] proposta de Moniz Freire voltava-se para tornar Vitória o grande centro comercial do Estado e, quiçá, levá-la a exercer também alguma polarização sobre regiões mineiras. Concentrar o comércio era a meta [...]”

Para atingir tal objetivo, Moniz Freire lançou mão de três ações vistas por ele como indispensáveis: a) investir no melhorando a infra-estrutura do Espírito Santo para facilitar o escoamento interno da produção cafeeira através da construção de ferrovias, especialmente uma que ligasse a região sul à Vitória (parcialmente construída em seu 1º governo), para centralizar o comércio capixaba junto ao porto de Vitória, além de ter planejado estabelecer uma conexão ferroviária que unisse o norte do estado e parte de Minas Gerais, com Vitória; b) estimular a imigração para aumentar a população do Espírito Santo e oferecer mais braços à lavoura cafeeira – principalmente à grande propriedade -, que se ressentia da falta de mão-de-obra desde o término da escravidão; c) implementar a modernização estrutural de capital capixaba através da formulação de políticas de aterramento de áreas à época consideradas insalubres, construção de estradas, melhorias no porto de Vitória e construção de uma rede regular de água encanada e esgoto.

Portanto, a construção de uma malha ferroviária, associada ao povoamento do Espírito Santo, seriam os grandes responsáveis por convergir para Vitória o comércio do café e das atividades a ele ligado, tornando-se grande centro populoso e comercial.

Moniz Freire efetivamente levou a cabo várias dessas ações. Porém, a crise do café, verificada ao término do seu primeiro mandato, veio a determinar o fracasso inicial de suas pretensões para o Espírito Santo, e devido à mesma crise, não foi possível perseguir tal objetivo com o mesmo afinco no seu segundo mandato, que ocorrera entre os anos de 1900-1904.

A crise econômica que se abateu sobre o Brasil e, por consequência, sobre Espírito Santo, no início da Primeira República, só terminou no final da primeira década do século XX. Essas circunstâncias coincidem com a chegada ao poder de Jerônimo Monteiro (1908-1912),^{vi} como Presidente do estado, o qual representa outro grande momento em que se pensou, de forma mais estrutural, o desenvolvimento econômico capixaba.

Após o governo intermediário do Coronel Henrique da Silva Coutinho (1904-1908), e o processo eleitoral do qual saiu vencedor, Monteiro ascende ao poder nitidamente vinculado aos fazendeiros do Sul do Estado, expressas nas suas mensagens e discursos, nos quais expunha o interesse em desenvolver a indústria justamente na região sul, com o objetivo de aproveitar a matéria prima fornecida pelos fazendeiros da região (SUETH & FRANCO, 2005).

Assim, independentemente desse direcionamento, objetivando diversificar a economia capixaba, ainda exclusivamente agrícola, o que a tornava extremamente vulnerável ante às oscilações dos preços do seu quase exclusivo produto, o café, o Governo Jerônimo Monteiro assinou numerosos contratos para a construção de fábricas. A idéia foi investir principalmente na criação da Companhia Industrial do Espírito Santo, empresa *holding* que abrigava inúmeros estabelecimentos industriais instalados, de modo especial em Cachoeiro de Itapemirim, que compreendiam: uma fábrica de tecidos para aproveitamento de fibras têxteis (Tecida); uma indústria de açúcar no baixo Vale do Itapemirim; fábrica de papel; fábrica de óleo vegetal; serraria industrial; e a Usina Hidrelétrica do Rio Fruteiras (VASCONCELLOS, 1995).

Apesar de tais empreendimentos superarem, e muito, as possibilidades financeiras do estado, o que levou a um grande endividamento, fica claro, a partir do descrito acima, que diferentes setores da elite capixaba, seja com Moniz ou com Jerônimo, produziram um projeto para o Espírito Santo, com forte ligação com o café, como não poderia ser diferente. Nesse sentido, e considerando os erros e acertos,

avanços e retrocessos de ambos os presidentes de Estado, eles se destacam na história econômica capixaba como os primeiros a buscarem desenvolver ações cujos objetivos eram transformar a estrutura econômica do Espírito Santo.

Durante a década de 1920, a economia capixaba recupera o fôlego graças aos elevados preços do café, ainda principal fonte de riqueza estadual. Foi uma fase de prosperidade na qual houve importantes realizações governamentais (VASCONCELLOS, 1995; ACHIAMÉ, 2010). Em termos políticos, o Partido Republicano Espírito Santense, criado em 1908 por Jerônimo Monteiro, nas vésperas de se apresentar candidato a Presidente do Estado no mesmo ano, mantinha-se no poder, porém com Jerônimo na oposição, por ocasião da cisão no interior da sigla provocada pelas desavenças com seu irmão Bernardino Monteiro. Este fato fez com que Jerônimo estivesse aliado das esferas de poder.

Quando no plano nacional, as oposições se organizaram em torno da Aliança Liberal, para a disputa eleitoral de 1930, foram justamente as forças jeronimistas que, afastadas do poder regional, criaram a seção da Aliança Liberal no Espírito Santo (VASCONCELLOS, 1995). Já no contexto do ciclo revolucionário de 1930, o grupo de Jerônimo conspirou com o apoio de setores das Forças Armadas ligados à Getúlio Vargas.

Com a Revolução de 1930, o ciclo político-econômico do café começa a sofrer certo refluxo simultaneamente à crise econômica que se abateu sobre o mundo em 1929. Neste contexto, a economia brasileira, especialmente no que tange a seu principal produto, foi duramente atingida. Do mesmo modo, toda a estrutura político-administrativa e sócio-econômica que vinha dirigindo a nação se desintegra, dando início a um novo processo de diversificação da produção, voltado não somente para o comércio exterior, mas particularmente para o fomento de um mercado interno (BASTOS, 2006; SIQUEIRA, 1994).

Além disso, a depressão econômica pôs em relevo a dependência que o Brasil tinha da sua produção primário-exportadora, e fez aflorar ainda mais a necessidade, principalmente diante da nova ordem econômica mundial, de passar de um estágio agrícola para um patamar urbano-industrial. Entrava em cena, nas palavras de Bastos (2006, p. 242) “[...] o nacionalismo econômico varguista [que] defendia intervenção para o desenvolvimento, ou seja, não era apenas nacionalismo, mas nacional-

desenvolvimentismo [...]”. E foi esse processo que o regime autoritário do Estado Novo (1939-1945) viabilizou.

No caso da realidade capixaba não foi diferente. Após o movimento de 1930, Getúlio Vargas nomeou como interventor um tenentista, João Punaro Bley, que havia sido peça-chave no movimento de 1930 em terras espírito-santenses. Bley era um capitão do Exército brasileiro, ligado a Getúlio, natural de Minas Gerais e não conhecia a política local. Por conta do apoio recebido em 1930, indicou como secretários de Educação e Agricultura, dois nomes ligados a Jerônimo.

Bley encontrou o Estado numa situação caótica, advinda da gestão anterior, do governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), associado a uma imagem de ineficiência e irresponsabilidade. Diante da situação que se encontrava o Estado, a ação do governo Bley se voltou, em primeiro lugar, para a política econômica e institucional no sentido de moralizar a administração, bem como de fazer um levantamento da caótica situação financeira do Estado. Procurou reduzir em 67% o montante das despesas orçadas para o exercício de 1931, em execução, em relação ao orçamento do ano anterior (GRAZZIOTTI, 2006. MENDONÇA, 2002). Na prática, foi um dos pontos mais fortes do seu governo, pois acabou por liquidar as dívidas, tanto internas quanto externas e a reorganizando as atividades administrativas. Em síntese, concretamente “[...] a ação governamental liberou-se parcialmente das injunções regionais e passou a obedecer mais às diretrizes do poder central [...]” (VASCONCELLOS, 1995, p. 196).

Bley se ocuparia, também, do controle dos chefes políticos locais por meio do decreto estadual Nº 983 de 31 de março de 1931, que criou a Inspeção dos Municípios, cuja atribuição de fiscalizar as ações dos governos municipais.

Apesar de tais realizações, via de regra, considera-se que o Governo Punaro Bley não gerou transformações substanciais da economia do Estado. Segundo Buffon (1992, p. 171-172), a década de trinta é

[...] um marco importante [...], talvez menos pelo que ocorreu no Espírito Santo e mais pelo que não ocorreu. Ou seja, a crise de 29 e o desenvolvimento do processo de integração no mercado nacional não representaram qualquer descontinuidade na evolução econômica do estado [...].

A análise de Siqueira (1994, p. 34), parece confirmar isso, quando argumenta que

[...] Inserido na dinâmica econômica nacional, o Espírito Santo tinha na agricultura a base de suas atividades econômicas de produção, apoiando-se em um produto de exportação – o café [...]. Na década de 40, esse produto permanecia absoluto na pauta de exportação estadual [...]. A produção industrial, incipiente, representava um setor pouco importante no contexto econômico capixaba. Tipicamente primária, a principal produção resultava do beneficiamento do café [...]. Podemos dizer que o comportamento do setor primário, nos resultados alcançados pela economia estadual, não só indicava o que separava o Espírito Santo dos demais estados da região geo-econômica em que ele se encontrava [...], mas também revela[va] uma base precária de sustentação das atividades geradoras de renda, motivada pela sua estreita dependência dos resultados obtidos pelo setor primário [...].

Porém, a análise mesmo que superficial do governo Bley, mostra que ele seguiu a orientação da política traçada no plano nacional, dentro daquilo que se convencionou chamar de *reformismo autoritário*, no qual os processos de reformas se deram a partir da união das idéias de ruptura e continuidade que busca, ao mesmo tempo, a modernização institucional e de centralização administrativa (por exemplo, alterações no aparelho regional de Estado), bem como “[...] postergar os avanços sociais das classes subordinadas e, dessa forma, patenteando o aspecto de continuidade nas muitas ações políticas da época [...]” (ACHIAMÉ, 2010). Assim, tal como sugere Achiamé (2010), o *reformismo autoritário* na vida capixaba pode ser compreendido como uma expressão regional de um projeto centralizador e reformista do governo federal, cujo embasamento pode ser encontrado em Fausto (1997, 1997, p. 25):

[...] junto ao poder central, a corrente [tenetista], consegue formar um ativo núcleo de pressão, defendendo a representação por classes, o prolongamento da ditadura – explicitação de suas distâncias anteriores com o liberalismo – a punição dos políticos mais comprometidos com a república Velha, o prevalecimento do *Espírito Revolucionário*, que se traduz em um programa de reformas. Mas suas diversas experiências regionais ressentem-se de um mínimo de identidade, o que corresponde, aliás, aos objetivos do governo Vargas nos primeiros anos de existência. Detentores de postos importantes do estado, os *Tenentes* servem aos desígnios de Vargas, no sentido de neutralizar apenas o poder político das oligarquias, sem impor modificações relevantes na estrutura econômica [...].

Além disso, como muito bem afirma Siqueira (1994), a ação do poder público no período Vargas, se limitava a atender setores prioritários na escala nacional, mas não na regional.

Por outro lado, se é verdade que não houve grandes rupturas no desenvolvimento da economia capixaba no período, também não se pode deixar de mencionar que foi o

Governo Bley que dotou o Estado de um suporte técnico-financeiro capaz de impulsionar e economia regional mais adiante. Para tanto, criou-se a Escola Prática de Agricultura de Santa Teresa (Decreto-Lei Nº 12.143, de setembro de 1940), com a finalidade específica de formar homens com conhecimentos claros e racionais acerca de agricultura, pecuária e seus derivados (GRAZZIOTTI, 2006); criou o Instituto de Crédito-Agrícola do Espírito Santo (Decreto-Lei Nº 6.627, de 1935), o qual foi posteriormente, em 1937, transformado no Banco de Crédito Agrícola do Estado do Espírito Santo e hoje constitui o atual Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES;^{vii} E foi ainda na gestão Bley que se deu a implantação da Companhia Vale do Rio Doce, cujos impactos para a economia do Estado foram enormes, tal como se verá adiante (GRAZZIOTTI, 2006). Tais empreendimentos acabaram por contribuir para outro aspecto relevante: o preparo de terreno para a ascensão ao poder de uma geração de formuladores que veio a reboque da Revolução de 1930, cujos projetos desenvolvimentistas foram uma marca.

Em 1943, quando a conjuntura nacional e internacional começava a mudar e a manutenção da ditadura do Estado Novo começava ficar impossibilitada, Punaro Bley é afastado da Interventoria, sendo nomeado diretor comercial da recém-criada Companhia Vale do Rio Doce. A pedido do Presidente Vargas, Bley preparou uma lista contendo três nomes que poderiam substituí-lo no poder. Getúlio escolhe Jones dos Santos Neves (1943-1945/1951-1955).^{viii} Diplomado em farmácia e dono de um estabelecimento do mesmo ramo em Vitória, havia combatido voluntariamente na Revolução paulista de 1932 ao lado das tropas getulistas. Como membro do antigo PSD/ES, foi escolhido por Bley para participar do chamado Conselho Administrativo do Estado, órgão encarregado de formular e analisar políticas públicas, do qual se tornou diretor, cuja proposta de maior destaque foi a criação do Bando de Crédito Agrícola do Espírito Santo, sendo também seu diretor, instituição que se destinava a modernizar a agricultura e fomentar o cooperativismo (VASCONCELLOS, 1995).

Quanto ao seu governo, segundo o historiador Renato Pacheco (PACHECO apud MEDEIROS, 2002), Santos Neves demarcou a história capixaba entre antes e depois dele. Esta importância atribuída ao ex-governador deve-se ao seu audacioso projeto desenvolvimentista, o qual pode ser vislumbrado em uma de suas mais célebres

expressões: “[...] Os galhos dos cafezais do Espírito Santo já são insuficientes para suportar o peso de nossa economia [...]” (PACHECO apud MEDEIROS, 2002).

Com esta expressão e com este espírito, o governo Jones fincou as raízes do desenvolvimento capixaba. A ação de Jones como interventor é vista como muito mais dinâmica do que a do Capitão João Punaro Bley (VASCONCELLOS, 1995). Criou o DSP (Departamento do Serviço Público), a partir da orientação política e técnica do DASP. Simultaneamente, lançou mão de alguns decretos que redefiniram o organograma do governo e criaram o sistema de serviço público, bem como estabeleceram critérios para a promoção do funcionalismo público.

Com base numa estrutura administrativa organizada, o Governador Jones impôs aos organismos públicos uma ação planejada. Dentro dessa racionalidade, elaborou o Plano de Obras e Equipamentos que, segundo Vasconcellos (1995, p. 198), “[...] foi a primeira experiência brasileira de planejamento governamental [...]”. Assim, Jones ampliou os recursos públicos por meio da modernização do aparelho arrecadador do Estado, o que tornou possível a execução de um ambicioso plano de obras, priorizando as áreas de saúde, transportes e educação (VASCONCELLOS, 1995).

Não é outra a visão de Zorzal e Silva (1995), quando afirma que o governador tinha o planejamento como linha mestra para viabilizar sua ação administrativa. Inspirado pelo que na Europa se convencionou chamar de *welfare state*, foi este governo que instituiu o Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo. Nele, concentrou os investimentos nas seguintes áreas: aparelhamento e ampliação do porto de Vitória; aumento do suprimento de energia elétrica (Usina Rio Bonito); ampliação de vias rodoviárias (neste aspecto, foram criados mais de 150 Km de estradas, tendo pavimentado 100 Km com asfalto quando todo o Brasil só possuía 2.500 Km de estradas pavimentadas); além de construção de pontes, prédios públicos, e obras urbanísticas em geral na cidade de Vitória. Com estas e outras ações, o governo Jones introduzia o processo de mudança em uma economia que era totalmente agrícola para direcioná-la nos rumos da industrialização.

A iniciativa jonista só não foi mais impactante por ocasião da oposição intransigente sofrida pelo governo no âmbito do poder legislativo. Além disso, o seu sucessor, Carlos Lindemberg, embora reconhecesse o atraso do Espírito Santo no que

tange ao setor industrial, tinha uma visão mais voltada para o setor rural, tendo, por isso, suspenso os projetos iniciados por Jones (FRANCO & HEES, 2005).

Vale ainda dizer, que o setor agrário ainda não havia se fragilizado de modo a permitir que um projeto de cunho mais urbano-industrial fosse adiante. Mas isso não demoraria muito a acontecer, conforme se tópico seguinte.

A crise econômica das décadas de 1950 e 1960 e o consenso das necessidades: os governos biônicos de Cristiano Dias Lopes (1967-1971) e Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975)

Ou a gente continuava naquela vidinha, piorada com a perda da
monocultura, ou se promovia o verdadeiro salto.
Arthur Carlos Gerhardt Santos

Durante a República Velha, em todo o país foram adotadas medidas favoráveis à produção do café, uma vez que representava a base da economia nacional. Durante as décadas de 1940 e 1950, apesar de alguns esforços industrializantes, tanto no plano nacional quanto no regional, as fronteiras agrícolas do café foram ampliadas, graças a elevação dos preços do produto. Entretanto, a partir do final dos anos 1950, a situação se inverteu. Por ocasião da super-safra, da concorrência externa e da queda dos preços, obrigaram o governo federal e estadual a reterem as safras do produto (FRANCO & HEES).

Mas a crise se avolumou no início da década de 1960, o Governo Federal, por meio do Instituto Brasileiro do Café (IBC), com o intuito de modernizar a cafeicultura em termos de produtividade, que fosse compatível com as novas exigências de mercado, iniciou a execução de uma política orientada para a erradicação dos cafezais ditos *anti-econômicos*. Nesse contexto, 22% dos pés de café erradicados em todo o Brasil, ocorreram no do Espírito Santo, reduzindo em 60% da área plantada do Estado. Como neste momento 70% da renda gerada pela economia capixaba se originava no setor primário, a economia do Espírito Santo submergiu numa grave crise, materializada no impacto social de 60 mil desempregados rurais, equivalendo a 200 mil pessoas que saíram do campo para a cidade, dos quais 120 mil dirigiram-se para a região da Grande Vitória e 80 mil deixaram o Estado (RIBEIRO, 2005). Por outro lado, a crise levou ao rompimento da dinâmica tradicional da cafeicultura.

Assim, a partir de meados da década de 1960, ocorre a transição da estrutura agrário-exportadora para o padrão urbano-industrial da economia capixaba. Segundo Buffon (1992, p. 322) “[...] política de erradicação resultou numa dramática desestruturação da base produtiva existente, numa queda na renda e no emprego agrícola, além de ter empurrado as elites locais rumo a uma solução local [...]”.

Assim, com a erradicação da monocultura, tem início ao processo de diversificação agrícola, como o incremento da indústria madeireira, de produtos alimentares em geral e, sobretudo, da pecuária bovina de corte. Além disso, a desestruturação da produção cafeeira, que representava a base da economia do Espírito Santo, fez sucumbir a capacidade política de uma elite que, acoplada ao Estado, ditava as regras em termos de diretrizes governamentais, sobretudo na esfera econômica. Diante da destruição da economia, se materializa aquilo que Medeiros (1977) cunhou de *consenso de necessidades*.

Com o Golpe de 1964, e o regime dele emanado, por meio do Ato Institucional Nº 2, de 27 de outubro de 1965, tornou indiretas as eleições para governadores e para Presidente da República. Assim, tendo em vista o caráter autoritário e excludente do Estado burocrático-autoritário passou a modelar o espaço de ação das forças políticas das unidades federativas de governo. Mais precisamente, para os governos estaduais passou a vigorar o sistema de eleições indiretas, realizadas pelas Assembléias Legislativas que organizavam listas tríplexes para posterior aprovação pelo Comando Militar e seu respectivo partido, a ARENA.^{ix} Durante a vigência desse sistema, foram quatro os governadores chamados *biônicos*: Christiano Dias Lopes (1967/1970); Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971/1974); Élcio Álvares (1975/1978) e Eurico Rezende (1979/1982).

Todos esses governadores agiram livres das injunções das forças sociais e políticas locais. Com isso, acabaram realizando ações estratégicas que mudaram a face da economia e do padrão social vigentes até então no Espírito Santo. Favorecidos pela conjuntura internacional, marcada por inovações tecnológicas – sobretudo no campo da siderurgia, telecomunicações, logística, transporte, etc. – e tendo como atores centrais as burocracias estatais (estadual e a união), inseriram a economia capixaba no cenário internacional da modernidade capitalista (ZORZAL E SILVA, 2010).

Em se tratando deste momento, destacam-se as gestões de Dias Lopes (1967/1970) e Arthur Carlos (1971/1974), nas quais houve uma forte sinergia das elites políticas na direção estadual com os rumos traçados no I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), pelo Governo Federal. Em consonância com as diretrizes traçadas no plano federal, Dias Lopes formulou e coordenou um amplo programa de reforma na estrutura administrativa estadual. Tendo como referência os princípios e mecanismos oriundos do Decreto-Lei 200, de fevereiro de 1967, que definia os rumos da reforma administrativa no plano federal, deu ênfase à construção dos aparatos que tornariam moderna a engenharia burocrática no âmbito do Estado.

Para tanto, priorizou a criação de órgãos autônomos especializados por funções, regidos pelas leis do direito privado, inclusive para as relações de trabalho. Ademais, perseguindo a meta de implantar uma estrutura institucional e financeira capaz de dar suporte à industrialização, em pouco tempo, o governo criou um conjunto de instituições e mecanismos de financiamento — como conselhos consultivos, empresas públicas, fundos de desenvolvimento^x etc. —, que, articulados com os incentivos fiscais então criados, constituíram-se na âncora do governo Dias Lopes.

Refletindo o espírito da época, em que o *slogan* de *Brasil Grande Potência* dava o tom oficial do cenário político brasileiro, os anos de 1967-1970 foram, para o estado do Espírito Santo, anos em que o poder público estadual atuou como articulador e condutor de grandes mudanças institucionais e também físico-espaciais,^{xi} as quais em conjunto construíram um patamar sólido para os grandes investimentos industriais que viriam e seriam implementados nos anos subsequentes.

Nessa direção, o Arthur Carlos Gehrardt Santos, ao assumir o governo estadual em março de 1971, encontrou um conjunto de novas instituições, assim como os aparatos de governo renovados. Mais do que isso, ele havia sido ator central dessas inovações.^{xii} Além disso, no plano federal, a conjuntura era mais do que favorável para ousar dar concretude aos sonhos que vinham sendo acalentados por frações das elites políticas e econômicas do ES, desde o limiar dos anos de 1950, conforme visto no tópico anterior.^{xiii}

Acrescente-se ainda que o recorrente problema de infra-estrutura energética e de vias de transportes estava sendo resolvido pelos investimentos nacionais.^{xiv} Ao mesmo tempo, a logística de transportes ferroviário-portuários constituída pela CVRD, nas

décadas precedentes, aliada às estratégias empresariais da Vale de diversificação produtiva, num cenário em que a empresa tornava-se líder mundial no mercado transoceânico de minério de ferro, configuraria uma conjuntura com excelentes janelas de oportunidades para grandes investimentos na região de Vitória, capital do ES. O sonho de viabilizar um salto qualitativo no desenvolvimento estadual não poderia esperar.

Foi o que fez o Governo Arthur Carlos. Centrou todos os esforços na formulação de *grandes projetos de impacto*, e na sua articulação e negociação com o governo federal e com grandes investidores estrangeiros. Os projetos formulados abrangiam cinco áreas de atividades, demandavam cerca de 5 bilhões de dólares em investimentos, os quais seriam alocados nos seguintes complexos: siderúrgico (usinas de pelotização e siderurgia), paraquímico (indústria de celulose), portuário (terminal do corredor de transportes para exportação), naval (estaleiro de desmonte e construção naval) e turístico (investimentos na região litorânea sul do ES).

Dos cinco, apenas os dois últimos não se viabilizaram. Além de navegar numa conjuntura de ventos favoráveis, o governo contou, sobretudo, com apoio da estatal Vale do Rio Doce, que realizava concomitantemente movimentos de atração de investidores para diversificar atividades e potencializar o transporte de cargas pela ferrovia Vitória-Minas. Por meio do modelo das *joint-ventures*, comuns na época, a CVRD atraiu investidores japoneses, italianos e espanhóis para compor os referidos complexos siderúrgicos e paraquímico, além de realizar grandes investimentos no sistema portuário.

Ademais, da perspectiva da gestão estadual de governo, haviam sido criadas as condições requeridas para o cumprimento dos objetivos nacionais de desenvolvimento que, naquele momento, contava com as empresas públicas como carro-chefe. Os investimentos, sobretudo na criação de infra-estrutura física, estiveram, em termos de recursos, baseadas nas subsidiárias das estatais ou em órgãos vinculados ao sistema federal. Neste sentido, a ação intervencionista e centralizada do governo federal se desdobraria numa rede de relações importantes entre instituições financiadoras nacionais – como o antigo BNDE, TELEBRAS, EMBRATUR, BNH, DNER, etc — e suas congêneres estaduais — BANDES, TELEST, EMCATUR, COHAB, CESAN, etc. — no sentido de facilitar a captação de recursos para projetos alinhados ao modelo

político-econômico da União. Cabia, portanto, à esfera local, o papel de *coordenação* dos investimentos advindos do Governo Federal, implantando uma estrutura institucional favorável ao desenvolvimento da industrialização e do comércio exterior (PEREIRA, 1998).

Naquela conjuntura, a partir do refluxo da elite cafeeira, cujo capital político se esvaiu com o processo de erradicação dos cafezais, passou a não mais haver espaço, na arena política estadual, para a emergência e sustentação de projetos políticos alternativos para o ES. Mesmo considerando algumas poucas divergências em relação à *forma* de impulsionar o desenvolvimento estadual, havia unanimidade quanto ao seu *conteúdo*: a industrialização do Espírito Santo via investimento e coordenação pelos poderes públicos.

Considerações finais

Os dois governos da era militar que se seguem — Élcio Álvares (1975-79) e Eurico Rezende (1979-83) — embora pouco tenham proposto em termos de concretos, pelo menos não interromperam o projeto econômico em curso. Destaque-se apenas a gestão Élcio Álvares, que garantiu a implementação dos grandes investimentos, negociados durante a gestão anterior, ao mesmo tempo em que ampliou os suportes tecnocráticos do governo, criando a Secretaria de Planejamento e a Fundação Jones dos Santos Neves, que cumpririam a função de coordenação e de elaboração de estudos para subsidiar o planejamento e as ações do governo.

Para finalizar, vale destacar que, apesar do fim do *milagre econômico* e da crise econômica que se explicitava no plano externo, o Governo Geisel (1974-79) lançou, em fins de 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que consistia em um ambicioso programa de investimentos, efetuado sob a égide do poder público com maciça utilização de empréstimos externos. Isso significa dizer que as condições mais gerais da política econômica brasileira continuariam dando suporte à trajetória de investimentos em curso no ES.

O sucessor de Élcio, Eurico Rezende (1979-82), no entanto, governou o Espírito Santo no momento em que as ações pretéritas já realizadas haviam redefinido seu perfil

socioeconômico. Ademais, o cenário político e econômico nacional também havia mudado muito. Governou quando a liberalização do regime já caminhava a passos largos; os militares perdiam gradativamente o controle do processo de abertura, que na visão de seus estrategistas deveria ser lenta, gradual e restrita (ZORZAL E SILVA, 2010). A crise econômica do modelo desenvolvimentista vinha se agravando, desde a primeira crise do petróleo e, a partir do governo Figueiredo (1979-1985), entrou em sua fase mais aguda, marcada pela crise da dívida externa, pela emergência da situação de recessão e inflação. Constrangido pela situação de crise econômica e financeira do país, seu governo passou grande parte do tempo lamentando os efeitos das crises, agindo mais de forma reativa do que proativa.

Do ponto de vista da articulação política, em tempos de abertura, o tradicionalismo, nos moldes centralizador e personalista, que fazia parte da trajetória política de Rezende, seria retomado e daria o tom de seu governo. Como resultante, a estrutura tecnocrática constituída nas gestões anteriores perderia espaço para articulações fundadas em redes de relações pessoais. Assim, apesar dos novos ares democráticos, o Espírito Santo entrava numa fase tensa e conflituosa que o fez mergulhar já na década de 1990, numa aguda crise tanto política quanto econômica.

Em virtude dos limites deste trabalho, este novo momento não será aqui tratado uma vez que extrapolaria os propósitos iniciais da explanação, ficando os mesmos para outra reflexão.

Referências

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas: elites políticas e reformismo autoritário (1930-1937)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs). **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995. p. 9-23.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre estado e mercado nos setores de base. **Revista Econômica**, Dez. 2006.

BRESSER PEREIRA, L.C. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle, **Lua Nova**, n° 45, 1998.

BUFFUN, José Antônio. **O café e a urbanização no Espírito Santo**: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar, 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **A construção da cidade**: formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Flor&cultura, 2002.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **O novo arrabalde**. Vitória: Prefeitura Municipal, 1996.

FAUSTO. Boris. **A Revolução de 1930**: história e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRANCO, Gustavo. **A década republicana**: o Brasil e a economia internacional. São Paulo. FGV: 1990

FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **O Espírito Santo na República**. Vitória: Multiplicidade, 2005.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, SP: Editora nacional, 1987.

GRAZZIOTTI, Marinete Simões. **Dever do estado e direito do cidadão**: as políticas públicas no governo varguista no Espírito Santo (1930-1945), 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 1994.

MEDEIROS, Antônio Carlos. **Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública. Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) / Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro, 1977.

MEDEIROS, Rogério. A rica trajetória do JK capixaba. **Século Diário.** Vitória, Ano II, p. 1-3, fev. 2002.

MENDONÇA, Carlos Vinícius. **O êxtase autoritário:** a política educacional de segurança nacional no período Vargas e sua repercussão no Espírito Santo (1930-1940). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e História da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2002 [Tese de Doutorado].

PEREIRA, Guilherme H. **Política Industrial e localização de Investimentos:** e o caso do Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 1998.

RIBEIRO, Diones Augusto. **Busca à primeira grandeza:** o Espírito Santo e o Governo Moniz Freire (1892-1896), 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **Companhia Siderúrgica de Tubarão:** a história de uma empresa. Vitória: CST, 2005.

SALETTTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo.** Vitória: Edufes, 1996.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano:** o caso da Grande Vitória (1950-1980). Vitória: Edufes, 2001.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O Porto de Vitória:** expansão e modernização (1950-1993). Vitória: CODESA, 1994.

SUETH, José Cândido Rifan; FRANCO, Sebastião Pimentel. A dependência do Espírito Santo entre três mandatos e duas políticas: as administrações Moniz Freire e Jerônimo

Monteiro. **Revista Ágora**, Vitória, nº2, 2005, p. 1 - 31. Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A invenção do Coronel**: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: SPDC, 1995.

ZORZAL E SILVA, Marta. Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo. In: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Espírito Santo: Instituições e Desenvolvimento social**. Vitória, IJSN: 2010.

Notas

ⁱ Doutorando em Ciência Política – UFSCAR e Mestre em História Social das Relações Políticas – UFES.

ⁱⁱ Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo; Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia – UFRJ; Co-coordenador do Grupo de Pesquisa em Inovação e Desenvolvimento Capixaba-GPIDECA; Pesquisador Associado à Redesist. Contato email: ednilsonfelipe.ufes@gmail.com

ⁱⁱⁱ Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo; Coordenador do Grupo de Pesquisa em Inovação e Desenvolvimento Capixaba- GPIDECA; Pesquisador Associado à Redesist; Pesquisador Convidado do ETLA (instituto finlandês de pesquisas econômicas), Helsinque, outubro 2001-fevereiro 2002; Pesquisador Convidado do IIIT-B (instituto indiano de tecnologia da informação – Bangalore), Índia, março 2004 e janeiro-abril 2009; Diretor Adjunto pelo Brasil e pelo Suriname junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC, EEUU, setembro 2004-agosto 2007. Contato email: arlindo@villaschi.pro.br

^{iv} Jones dos Santos Neves governou o Espírito Santo em duas oportunidades: uma como interventor entre os anos de 1943/1945, substituindo João Punaro Bley que ocupara o cargo de 1930 a 1943. Depois de eleito senador da República para a legislatura 1945/1950, retornou ao Palácio Anchieta para o seu segundo mandato a frente do executivo estadual entre os anos de 1951 e 1955.

^v Importante salientar que a 23 de maio de 1890 reuniu-se, em Vitória, o Congresso Republicano, cujo resultado foi a formação daquelas que seriam as duas principais agremiações partidárias a protagonizarem o cenário político capixaba no contexto da Primeira República (1889-1930): o Partido da União Republicana Espírito-Santense, da qual faziam parte Antônio Aguirre, o Barão de Monjardim e Bernardo Horta; e o Partido Republicano Construtor (PRC), fundado por Afonso Cláudio, Moniz Freire e Constante Gomes Sodré. O primeiro representava os interesses da aristocracia fundiária das regiões sul, centro e norte do Estado, além de elementos burocrático-militares; e a segunda, era composto por representantes dos setores mercantis-exportadores (SUETH & FRANCO, 2005).

^{vi} Inicialmente um entusiástico partidário do projeto Monizista, Jerônimo Monteiro foi eleito deputado estadual em 1895 e federal em 1897. Entretanto, não se conformando com o predomínio político do líder do PRC, Jerônimo passou a fazer dura oposição a Moniz, o que lhe rendeu a exclusão da lista daqueles que seriam candidatos a deputado federal para a legislatura que se iniciaria em 1900. Inconformado, fundou o Partido da Lavoura que passou a fazer oposição a Moniz Freire. A partir de 1908, às vésperas de se apresentar como candidato à Presidente do estado do Espírito Santo, passou a compor as fileiras do recém-fundado Partido Republicano Espírito-santense.

^{vii} Conforme se verá adiante, um dos idealizadores de tal instituição foi Jones dos Santos Neves, que substituiu Bley na interventoria do estado, a partir de 1943.

^{viii} Jones dos Santos Neves governou o Espírito Santo em duas oportunidades: uma como interventor entre os anos de 1943/1945, substituindo João Punaro Bley que ocupara o cargo de 1930 a 1943. Depois de eleito senador da República para a legislatura 1945/1950, retornou ao Palácio Anchieta para o seu segundo mandato a frente do executivo estadual entre os anos de 1951 e 1955.

^{ix} Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – partido político criado visando dar sustentação ao governo militar instaurado partir de 1964. Por meio do Ato Institucional nº. 02, de 27-10-65, e do Ato Complementar nº 4 de 20-11-65, o pluripartidarismo foi extinto e institucionalizado o bipartidarismo, no Brasil. Em abril de 1966 foram criadas a ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

^x Entre os fundos se destacam: Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (Fundai), Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres).

^{xi} Trata-se da construção de infra-estrutura rodoviária, via projeto *Espinha de Peixe* que buscou ligar as diversas cidades / municípios do interior às rodovias federais que estavam sendo construídas, as quais cortavam o ES de norte a sul – BR-101 – e de leste a oeste – BR-262.

^{xii} Arthur Carlos G. Santos, apesar de ser filho do deputado Otaviano Santos (PSD-ES), não tinha militância político-partidária. Formado em engenharia, foi professor da Ufes, assessor técnico da Findes (1959-69) e, nos governos de Rubens Rangel (1966) e Dias Lopes (1967-70) ocupou cargos de direção de instituições. Cf. SILVA (1993).

^{xiii} Sobre as aspirações e projetos das elites políticas e econômicas do Espírito Santo para o desenvolvimento estadual consultar: ZORZAL E SILVA (1995); PEREIRA (1998).

^{xiv} A questão energética havia sido solucionada com a criação da Eletrobrás que viabilizou a interligação do sistema estadual com Furnas, o sistema de transportes e telecomunicações estava em franca expansão.